

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Jornal de Opinião BH

CLASS. : 159

DATA : 06 a 19/05 93

PG. : capa / 02



□ *Quando uma jovem índia amamentava sua filha, neste 19 de abril, no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, em Belo Horizonte, outro gesto nobre ocorria no país, quase simultaneamente: centenas de indígenas protestavam pacificamente contra a marginalização em que ainda vivem. Enquanto em Manaus, por exemplo, 150 representantes de mais de 30 nações participaram de uma assembleia das organizações da Amazônia. Em Minas os protestos das quatro nações que aqui vivem duraram uma semana. (Página 3 e editorial, página 2)*

Os marginalizados

Historicamente marcado com o dia que decretou o fim da escravidão no Brasil, o 13 de maio tornou-se data nobre e privilegiada: mesmo trazendo de volta à memória de todos os brasileiros aquele passado vergonhoso, ela propicia, sempre, uma reflexão serena do presente, sobre a marginalização que ainda vive a comunidade negra.

Marginalização que, às portas do século XXI, não atinge só o negro, mas, por exemplo, também a mulher e o índio, entre outras. São estes banidos da sociedade que compõem uma legião que preocupa a Igreja, por quem ela luta cada dia e a cada ano, promovendo específicas campanhas de alerta a todos os homens e a ela própria.

Na Campanha da Fraternidade de 1988, para citar, ao lançar o tema "A Fraternidade e o Negro", a Igreja, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reconheceu que "nem sempre tratou a situação vivida pelos negros com a devida atenção, evangelizadora e libertadora", como inspirada pela Conferência de Puebla.

As práticas racistas e discriminadoras do negro no Brasil são uma evidência tão grande que podem ser sentidas em todas as atividades. Para citar uma: no trabalho, comprovadamente, os brancos representam 67% da força de trabalho, e ficam com mais de 70% do rendimento, enquanto os negros e os pardos representam 40% da força de trabalho e ficam apenas com 25% do rendimento.

O objetivo maior da Igreja, ao promover a causa dos negros, na Campanha de 1988, foi "polarizar os esforços em busca de uma fraternidade cada vez mais coerente". Textualmente, dizia o documento: "Constituída por pessoas de todas as etnias, povos e nações, a Igreja reconhece a incoerência de suas atitudes com relação ao negro, no passado, e assume, com redobrado empenho, a nobre luta pela justiça e contra qualquer tipo de precon-

ceito, racismo e discriminação".

Quanto à mulher, a Igreja também admitiu que ela não era tratada com o respeito que merecia. Nesta Campanha da Fraternidade de 1990, a Igreja confessou seu erro e com o lema "Mulher e homem: imagem de Deus", tentou redimir-se, pregando com mais força e confiança a mensagem de que os dois, mulher e homem, compõem juntos a imagem de Deus e se completam na caminhada da fé.

Tratou, antes de tudo, de conscientizar a sociedade de que Deus entregou a ambos sua criação. Tradicionalmente, anunciou a Igreja, o homem é considerado imagem de Deus, geralmente, apresentado com características masculinas. No entanto, também a mulher é imagem de Deus, feita à sua semelhança. "Não são, porém, duas imagens distintas e justapostas. — Ambos, juntos, são a única e verdadeira imagem de Deus".

Na defesa do índio, secularmente espoliado em seus direitos, tem se batido a Igreja há muitos anos, e sempre lutando ao seu lado, engrossando sua voz.

A cada assembléia que realiza tradicionalmente em Itaiaci, São Paulo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil proclama um compromisso, marcado pela coragem nas afirmações e firmeza nas ações, na defesa do índio. No ano passado, por exemplo, na sua 27ª Assembléia Geral, os bispos do Brasil lamentaram que o espaço que os índios vêm ganhando na imprensa nacional não encontre eco perante o Governo, para quem a Constituição não existe ainda, apesar de promulgada com toda pompa, justa, e solenemente, como troféu de guerra.

O retalhamento das terras indígenas prossegue normalmente, como acontecem com naturalidade os massacres e as invasões de reservas. Os assassinatos são mais frequentes e de nada adiantam os gritos dos Yanomami, por exemplo, ou dos Guajá, que

se tornam sussurro aos ouvidos das autoridades.

As violências, barbaridades e mortes continuam impunes.

Esse 19 de abril que passou serviu para levantar mais um pouco o grosso pano que cobre as atrocidades que se cometem contra os índios no Brasil. Em Minas, as quatro nações indígenas que sobrevivem no Estado — Maxacali, Krenak, Xacriabá e Pataxó — fizeram um programa diferente na semana que antecedeu o seu convencional dia, procurando alertar a sociedade sobre a violência que sofrem.

Os representantes dos seis mil índios que resistem a tudo vivendo em Minas retrataram as mesmas tragédias que sofrem os 250 mil indígenas de todo o país, pedindo uma coisa apenas: respeito à Constituição, ao seu direito de cidadãos.

E esta é a bandeira que há anos a Igreja, tenta levantar, através da CNBB, de seu Conselho Indigenista Missionário (Cimi), de campanhas e de alertas à população e, principalmente, às autoridades: contra os invasores, os grileiros, os matadores de índios não se usa força nem se emprega violência: apenas a lei.

O Art. 5º do Capítulo I da Constituição não reconhece os marginalizados, pois diz que todos são iguais perante a lei; mulher e homem são imagem de Deus, e aos índios se garante a posse permanente das terras que eles ocupam por tradição.

O que falta, então?

A esperança. Para isto, vale lembrar aqui o profeta Isaías, citado pelo presidente do Cimi, dom Erwin Klautler, para sonhar com uma realidade que todos sonham:

"Farei da Paz a tua administradora.

E da Justiça a tua autoridade suprema.

Na tua terra não se tornará a falar em violência, nem em devastação e destruição nas tuas fronteiras".

Assim nascerá a paz na sociedade e morrerá a marginalização de toda espécie.